AUTOR: PODER EXECUTIVO D.O. 26/12/72 e 28/12/72





Estado de Mato Grosso

LEI Nº 3/307 DE 18 DE DEZUMBRO DE 1 972.

Reserva e transfere à CCDETAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Nato Grosso, terras devolutas no município de Aripuanã e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam reservadas à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, as terras devolutas situadas no município de Aripuanã, excluidas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã, cria do pelo Decreto Federal nº 64.860, de 23 de julho de 1 969 e os aldeiamentos permanentes de índios, acaso existentes.

Artigo 2º - As terras reservadas e trans feridas à CODEMAT, observadas as normas da legislação federal específica, serão destinadas:

- I à fundação de colônias agrícolas;
- II à alienação para Companhias de Colonização, para fins exclusivos de colonização.
- III à alineação para implantação de projetos agro-pecuários ou industriais a provados pela SUDAM e financiados por incentivos fiscais.

Artigo 3° - O preço de alienação das terras nos casos previstos no incisos II e III do artigo anterior nunca será inferior a CR(50,00 (cincoenta cruzeiros) por hectares.



Artigo 4° - O produto da alienação das terras se rá aplicado:

- I de 10 (dez) a 20 (vinete)por cento na implantação de obras de infraestrutura no município de Aripuanã, podendo a aplicação ser feita mediante Convênio com a Prefeitura Municipal;
- II de 80 (oitenta) a 90 (noventa) por cento na implantação do CENTRO POLÍTI CO ADMINISTRATIVO, na Capital do Esta do, até 40.000.000,00 (quarenta mi lhões de cruzeiros), e o restante em outros projetos específicos do Gover no Estadual.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar inicialmente, uma área de 2.000.000 (dois milhões) de hectares, para os fins previstos nesta lei.

Artigo 6° - As licitações para alienação das terras de que trata esta lei, serão realizadas sempre nos dias 15 e 30 de cada mês.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, mediante Decreto, normas reguladoras da presente lei.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 18 de dezembro de 1 972, 151º da Independência e 84º da República.

Regitiada en fried.

299 229 v. e 230, do el livo compitente.

blio-17/06/25-

datarities

gast Hunds

Strasting Muledos Vide

Wordinta)